

LEGISLAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA RURAL

1. Legislação Específica de Produtos de Origem Animal

a. Legislação Federal:

- Lei Federal n.º 1283 - dezembro/50, estabelece a obrigatoriedade da prévia inspeção sob vista sanitária e industrial de produtos de origem animal, comestíveis ou não;
- Decreto n.º 30691 - março/52, regulamenta a lei (federal) n.º 1283;
- Lei Federal n.º 7889 - novembro/89, altera o artigo n.º 4 da lei n.º 1283 dezembro/50 delegando competência aos Estados e Municípios (SIE e SIM).
- Lei Federal n.º 8078 - setembro/89, cria as Promotorias Públicas de Defesa do Consumidor e estabelece direitos básicos do mesmo (proteção à vida e saúde);
- Decreto n.º 2181 de 20/03/97 Código de Proteção e Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 9.611 de 02 de julho de 1998, altera o Código Penal, estabelece punições para fraudes de alimentícios;
- Decreto n.º 2244 de 04 de junho de 1997, altera artigos da legislação federal constante desse item.
- Portaria n.º 368 de 04.09.97, que aprova Regulamentos Técnicos sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos.
- Portaria n.º 451 de 19/09/97, aprova o Regulamento Técnico Princípios Gerais para o Estabelecimento de Critérios e Padrões Microbiológicos para alimentos e seus anexos e revoga a Portaria DINAL/SNVS, n.º 01 de 28/01/87.
- Lei n.º 10731 de 30 de março de 1998 e Decreto n.º 3526 de 15 de dezembro de 1998 - Regulamento do Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pequena Indústria Familiar Rural e Pecuária.

a. Legislação Estadual:

- Lei Estadual n.º 6320 - dezembro/83, aprova os projetos para estabelecimento comercial ou agropecuário sujeito os termos da Lei Federal n.º 1283 - dezembro/50;
- Lei Estadual n.º 8534 - fevereiro/92, torna obrigatória a Prévia Inspeção de Produtos de Origem Animal para a comercialização;
- Decreto Estadual n.º 3748 - julho/93, regulamenta a Lei n.º 8534, subordinada ao Decreto Federal n.º 30691;
- Decreto 154 - fevereiro/95, da nova redação ao DL 3748, quanto a responsabilidade para execução de serviços pela CIDASC.
- Lei 10366, de 24 de janeiro de 1997 e decretos n.º 2919 - 3527, dispõe sobre a Política da Defesa Sanitária Animal;
- Lei 10610 de 01 de dezembro de 1997 e Decreto 3100 de julho/98, trata de Normas Sanitárias para elaboração e comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal.